HSI Participações Ltda

CNPJ 13.516.128/0001-54

Relatório da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas da Sociedade, referentes aos exercícios findos em 31/12/2016 e de 2015. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 - (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2016	31/12/2015	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	16	12	**Circulante**	5	4
Caixa e equivalentes de caixa	16	12	Fornecedores	3	4
Não circulante	1.834	963	Impostos e contribuições	2	-
Investimentos	1.834	963	**Patrimônio líquido**	1.845	971
			Capital social	2.463	2.463
			Prejuízos acumulados	(658)	(1.532)
			Reserva de lucros	40	40
Total do ativo	1.850	975	**Total de passivo e patrimônio líquido**	1.850	975

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais).

	Capital social	Reserva de Lucro	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	2.463	40	(436)	2.067
Lucro ou (prejuízo) do exercício			(1.096)	(1.096)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	2.463	40	(1.532)	971
Lucro ou (prejuízo) do exercício			874	874
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	2.463	40	(658)	1.845

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 - (Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida	-	19
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(15)	(15)
Despesas tributárias	-	-
Equivalência Patrimonial	870	(1.080)
Lucro ou (prejuízo) operacional		
antes do resultado financeiro	874	(1.096)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	1	-
Lucro ou (prejuízo) antes do imposto		
de renda e da contribuição social	875	(1.096)
Imposto de renda e contribuição social	(1)	-
Lucro ou (prejuízo) do período	874	(1.096)

HSI Participações Ltda
Angel Daviz - CPF: 228.295.328-21
Bianca Carnicer Micheloni - Contadora - CRC: 1SP 253163/O-7

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Sociedade.

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Organização Social Mogi das Cruzes

CNPJ nº 66.518.267/0010-74

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

Ativo	Notas	2016	2015
Ativo Circulante			
Bancos - Conta Movimento	4	111,25	645.956,89
Bancos - Aplicações Financeiras	5	2.405.329,45	2.523.658,86
Adiantamentos a Fornecedores		-	46,00
Adiantamentos a Empregados	6	254.710,03	282.881,50
Adiantamentos para Despesas		1.421,13	1.020,00
Impostos Recuperáveis		-	2.051,76
Créditos de Contratos de Gestão	7	499.831,26	-
Outros Créditos		-	29,30
		3.161.403,12	**3.455.645,11**
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	8	195.981,84	189.574,06
Intangível	9	971,10	1.919,34
		196.952,94	**191.493,40**
Total do Ativo		**3.358.356,06**	**3.647.138,51**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2016	2015
Passivo Circulante			
Fornecedores		826.439,60	788.932,11
Obrigações Trabalhistas	10	1.178.509,41	1.144.945,40
Obrigações Sociais e Fiscais	11	661.700,52	647.532,16
Empréstimos Bancários	12	1.811.345,20	439.083,19
Contas a Pagar		49.500,86	59.718,34
Provisões para Férias e Encargos		2.025.019,39	2.048.943,16
Provisões para Contingências	13	260.835,24	-
		6.833.350,23	**5.129.154,36**
Passivo Não Circulante			
Recebíveis do nosso poder	14	196.952,94	191.493,40
		196.952,94	**191.493,40**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		(1.673.509,25)	3.705.205,09
Déficit do Exercício	26	(1.241.058,06)	(1.924.703,80)
Ajustes Patrimoniais		-	(2.760.370,07)
Transferências Patrimoniais		(757.379,80)	(693.640,47)
		(3.671.947,11)	**(1.673.509,25)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**3.358.356,06**	**3.647.138,51**

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	Notas	2016	2015
Receitas Líquidas		**43.474.259,35**	**44.417.841,66**
Contratos de Gestão	15	44.014.931,39	46.502.723,52
Receitas de Serviços Públicos em nosso poder		32.319,30	-
(-) Despesas destinado à aquisição de Imobilizado	3.g	(37.625,67)	(7.027,86)
(-) Devolução de Repasses	16	-	(1.292.660,72)
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		(535.365,67)	(765.993,28)
Custos		**(43.549.843,16)**	**(45.710.146,40)**
Custos Diretos	18	(25.805.013,94)	(26.460.790,35)
Serviços Terceirizados	19	(17.304.427,91)	(18.848.727,81)
Medicamentos e Materiais de Consumo	20	(440.401,41)	(400.626,21)
Reversão da CPP Conta Previdenciária Patronal)	24	(5.465.039,46)	(5.644.733,28)
(-) Repasse da CPP Usufruída	24	5.465.039,46	5.644.733,28
(=) Resultado Bruto		**(75.583,81)**	**(1.293.104,74)**
Despesas		**(1.088.965,10)**	**(773.949,46)**
Despesas, Taxas e Contribuições		(19.436,00)	(21.621,36)
Despesas Gerais	21	(788.895,33)	(752.128,08)
Provisões para Contingências		(260.835,24)	-
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais		**2.547,81**	**19.812,03**
Outras Receitas		2.547,81	19.812,03
(=) Resultado Antes das Rec/Desp Financeiras		**(1.162.001,10)**	**(2.047.242,17)**
Resultado Financeiro	17	**(79.056,96)**	**122.538,37**
Receitas Financeiras		251.138,22	417.061,36
(-) Despesas Financeiras		(330.195,18)	(294.523,00)
Déficit do Exercício	26	**(1.241.058,06)**	**(1.924.703,80)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	2016	2015
Atividades Operacionais		
(Aumento) ou Redução de Ativo	(1.241.058,06)	(1.924.703,80)
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	46,00	(46,00)
Adiantamentos a Empregados	28.171,47	(70.248,95)
Adiantamentos para Despesas	(400,33)	813,16
Impostos Recuperáveis	2.051,76	-
Créditos com Contratos de Gestão	(499.831,26)	5.812.269,75
Outros Créditos	29,30	(29,30)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	37.507,49	(72.953,06)
Obrigações Trabalhistas	33.564,01	(171.211,07)
Obrigações Sociais e Fiscais	14.168,37	(44.500,62)
Provisões para Férias e Encargos	(23.923,77)	(134.260,49)
Provisões para Contingências	260.835,24	-
Outras Obrigações	(10.217,48)	15.370,62
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	**(1.379.057,26)**	**3.469.979,36**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado /Intang. pertencente à Gestão Pública	37.625,67	7.027,86
Caixa líquido consumido nas Atividades de Investimento	**37.625,67**	**7.027,86**
Atividades de Financiamento		
Recebimento de Numerário para Aquisição de Imobilizado	(37.625,67)	(7.027,86)
Recebimento de Empréstimos	1.372.262,01	(1.060.916,81)
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(757.379,80)	(3.454.010,54)
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	**577.256,54**	**(4.521.955,21)**
Variação Líquida nas Disponibilidades	**(764.175,05)**	**(1.044.947,99)**
Caixa e Equivalentes Do Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	3.169.615,75	4.214.563,74
Disponibilidades no Final do Exercício	2.405.440,70	3.169.615,75
Variação Líquida Nas Disponibilidades	**(764.175,05)**	**(1.044.947,99)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

1. Contexto Operacional: O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade filantrópica e de utilidade pública, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob nº 454.301, registrado no Cadastro Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Arujá e Rio de Janeiro. O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes** os seguintes contratos de gestão: • **Contrato de Gestão nº 42, de 02 de junho de 2014**: visando ao desenvolvimento das ações e serviços da Unidade Básica de Saúde (UBS 24 Horas), em substituição do **Contrato de Gestão nº 67, de 13 de maio de 2010**. • **Contrato de Gestão nº 45, de 09 de junho de 2014**: visando ao desenvolvimento das ações e serviços da Estratégia Saúde da Família (ESF), em substituição do **Contrato de Gestão nº 68, de 13 de maio de 2010**. • **Contrato de Gestão nº 16, de 03 de fevereiro de 2012**: visando a operacionalização da Unidade Judiaspe - Unidade Clínica Ambulatorial de Especialidades; e • **Contrato de Gestão nº 42, de 25 de abril de 2012**: visando a operacionalização das Unidades Básicas de Saúde - Estratégia Saúde da Família (Novo Horizonte e Conjunto Toyama) e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (matriciado na Unidade Básica de Saúde Nova Jundiapeba) A Entidade, para fazer frente ao déficit e passivo a descoberto, vem buscando a manutenção e repactuação da parceria municipal, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que sejam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade. **2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis a pequenas e médias empresas (CPC PME), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às entidades, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de empréstimos e recebíveis e **Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. • **Instrumentos financeiros derivativos**: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2015. **3.b) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração**: itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado em os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços pactuados junto aos órgãos competentes e consequentemente não serão de propriedade da Entidade. **• Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de caráter público, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-economica dos bens revisada pela Entidade. A Administração revisou a situação no exercício de 2016 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2015. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.c) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a a. **3.d) Redução ao valor recuperável (Impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou constitutiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.f) Patrimônio social:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits/déficits apurados anualmente e deduzido de a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.g) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados de contratos de gestão e, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de caráter público, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-economica dos bens revisada pela Entidade. A Administração revisou a situação no exercício de 2016 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2015. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.h) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a a. **3.i) Redução ao valor recuperável (Impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **3.a) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou constitutiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.f) Patrimônio social:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescidos dos superávits/déficits apurados anualmente e deduzido de a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.g) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados de contratos de gestão e, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Despesas** As despesas da Entidade são compromissadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O resultado corrente das atividades e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência.

Dr. Fernando Proença de Gouvêa - Superintendente

Relatório dos Auditores Independentes
Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos administradores do **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** Mogi das Cruzes - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 10 Mogi das Cruzes, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 10 Mogi das Cruzes, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as disposições contidas na Lei 12.101/09, que regula os procedimentos de isenção de contribuições para a Seguridade Social. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, conforme descritas adiante, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 10 Mogi das Cruzes, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional:** As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da entidade, a qual tem sofrido déficits operacionais em montantes que implicaram em passivo a descoberto, R$ 3.671.947,11 em 31/12/2016 e R$ 1.673.509,25 em 31/12/2015. Os planos da entidade, com relação a este assunto, incluem a repactuação da parceria municipal e a redução de seus custos. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessa incerteza. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no período da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Bancos - Contas Movimento

	2016	2015
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3499-6	10,00	10,00
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3538-2	10,00	10,00
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3886-6	101,00	645.836,15
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3887-3	41,25	97,74
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3900-4	10,00	-
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3911-1	10,00	-
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3912-8	10,00	-
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3913-5	10,00	-
	111,25	**645.956,89**

5. Bancos - Aplicações Financeiras

	2016	2015
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3499-6	13.030,77	1.474.792,88
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3538-2	359.512,68	592.705,98
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3886-6	415.438,60	456.160,32
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3900-4	1.607.556,15	-
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3911-1	86.776,55	-
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3912-8	621.979,47	-
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3913-5	621.982,56	-
	2.405.329,45	**2.523.658,86**

A Entidade mantém a parcela disponível de superávit financeiro aplicada dos financiamento enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme determinação do Decreto nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas em bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Adiantamento a Empregados:

	2016	2015
Adiantamentos de Férias	254.710,03	282.881,50
	254.710,03	**282.881,50**

7. Créditos de Contratos de Gestão:

	2016	2015
Contrato de Gestão nº 042/2012 (EACS)	200.000,00	-
Contrato de Gestão nº 042/2014 (UBS 24H)	299.831,26	-
	499.831,26	**-**

8. Imobilizado

Imobilizado de Gestão Pública	Taxa	2016	2015
Máquinas e Equipamentos	10%	77.972,17	77.972,17
Equipamentos de Uso Médico	10%	161.412,85	132.855,25
Equipamentos de Informática	20%	11.898,00	5.948,50
Móveis e Utensílios	10%	84.956,51	80.997,29
(-) Depreciação Acumulada (107.997,62)		(139.368,68)	-
		195.981,84	**189.574,06**

Conforme precificado nos contratos de gestão firmados entre o CEJAM e a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, os bens patrimoniais adquiridos com recursos dos referidos contratos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

9. Intangível

Intangível de Gestão Pública	Taxa	2016	2015
Softwares Adquiridos	20%	4.740,64	4.740,64
(-) Amortização Acumulada (2.821,30)		(3.769,54)	-
		971,10	**1.919,34**

10. Obrigações Trabalhistas

	2016	2015
Salários a Pagar	1.178.244,41	1.144.945,40
Pensões Alimentícias a Pagar	264,83	-
	1.178.509,41	**1.144.945,40**

11. Obrigações Sociais e Fiscais

	2016	2015
INSS a Recolher	102.492,08	98.307,60
FGTS a Recolher	196.046,01	187.600,35
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	1.980,41	5.301,05
PIS s/ Folha de Pagamento a Recolher	30.707,89	30.030,23
IRRF a Recolher	269.783,93	267.731,24
CSRF a Recolher	36.781,51	36.365,04
INSS Retido de PJ a Recolher	19.399,06	18.105,36
ISS Retido na Fonte a Recolher	4.509,68	4.197,26
	661.700,53	**647.532,16**

12. Empréstimos Bancários

	2016	2015
Banco Santander (Brasil) S.A.	1.811.345,20	439.083,19
	1.811.345,20	**439.083,19**

A Entidade possui contrato de conta garantida junto ao Banco Santander para garantir as operações em caso de atraso dos repasses da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, os valores contratados são de 0,58% a.m. além do CDI. **13. Provisões para Contingências:** A Entidade discute diversas ações na esfera judicial e julga suficiente para cobrir eventuais perdas o montante de R$ 260.835,24. **14. Bens Públicos em Nosso Poder:** A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 196.952,94 em 2016 e R$ 191.493,40 em 2015, representa os valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, os quais são devolvidos ao município quando do término do contrato de gestão ou convênios. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

15. Receitas com Contratos de Gestão

	2016	2015
Contratos de Gestão nº 042/2014 (UBS 24H)	16.881.920,21	20.909.505,12
Contratos de Gestão nº 045/2014 (ESF)	18.971.925,26	18.144.185,64
Contratos de Gestão nº 016/2012 (Única)	6.698.529,17	4.980.000,00
Contratos de Gestão nº 042/2012 (EACS)	2.572.343,76	2.469.032,27
	44.014.931,39	**46.502.723,52**

16. (-) Devolução de Repasses: Em 19 de outubro de 2015, devolvemos dos Contratos de Gestão nº 067/2010 e 068/2010, a entidade devolveu ao Município de Mogi das Cruzes, os valores de R$ 1.304.227,78 e R$ 602.805,36, respectivamente, correspondentes aos saldos remanescentes dos respectivos contratos.

17. Receitas e Despesas Financeiras

	2016	2015
Rendimentos de Aplicações Financeiras	251.137,48	417.061,36
Descontos Obtidos	0,74	-
(-) Despesas Bancárias	(330.187,98)	(294.132,39)
(-) Juros e Multa Correntes	(6,28)	-
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(6,92)	(390,61)
	(79.056,96)	**122.538,37**

18. Custos com Pessoal Próprio

	2016	2015
Salários	21.793.420,25	22.395.765,13
Benefícios	1.921.316,67	1.887.633,04
Encargos Sociais	2.090.276,02	2.197.391,97
	25.805.013,94	**26.460.790,35**

19. Custos com Serviços Terceirizados

	2016	2015
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	17.303.246,08	18.835.115,81
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	1.181,25	13.612,17
	17.304.427,91	**18.848.727,81**

20. Custos Com Medicamentos e Materiais de Consumo:

	2016	2015
Medicamentos e Material de Uso Médico	25.291,68	8.196,30
Materiais de Consumo	342.957,45	319.248,81
Material Elétrico e Reparos	14.359,67	12.201,51
Outros Materiais e Insumos	57.792,63	60.981,59
	440.401,41	**400.626,21**

21. Despesas Gerais:

	2016	2015
Aluguéis	16.896,95	20.245,03
Despesas Diversas, Veículos, Equipamentos e Aparelhos)	730.431,68	683.271,75
Imobilizados	7.035,54	6.883,29
Publicidade	59,00	441,60
Seguros	1.451,19	2.830,41
Outras Despesas Gerais	32.821,24	492,12
	788.895,33	**752.128,08**

22. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, conforme Portaria "Lei da Filantropia" devidamente publicada em seu nome em que atua. Tendo como prorrogação a área da Saúde, a entidade vem protocolando pedido junto ao Ministério da Saúde (MS) para renovação do benefício e facilitação, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios anual previstos são apoiados em demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente e específico, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não para expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam lançar dúvida vida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as fragilidades nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de fevereiro de 2017. **Galloro & Associados Auditores Independentes** - CRC PJ 2SP005851/O-7; **Ana Maria Galloro Laporta** - Sócia-Diretora - CRC 1SP230642/O-6.

VIZEU LEILOEIRO OFICIAL — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Participe do Leilão Online

Washington Luiz Pereira Vizeu, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 414, com escritório à Av. Indianópol